

Reforma urbana pela lupa da Geografia: um olhar para a Associação dos Geógrafos Brasileiros

Larissa Soares de Araujo¹

RESUMO

Esse artigo apresenta a trajetória de transformações da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) e do pensamento da geografia urbana que levaram à inserção e à participação da associação na luta pela reforma urbana, no contexto da Constituinte, da formação do Movimento Nacional de Reforma Urbana e do posterior Fórum Nacional de Reforma Urbana. Entendemos que o caminho que levou a AGB a atuar nesse movimento da sociedade — que se iniciou no final da década de 1980 — tem aspectos teóricos e práticos, entendidos em uma relação dialética. Nesse sentido, muitos geógrafos viram a necessidade de desenvolver uma ciência alinhada com a práxis social, o que não ocorreu sem embates internos, enfrentando também a repressão em um contexto de ditadura militar. Para reconstruir esse caminho teórico e prático, buscamos analisar as relações entre a atuação da AGB e as abordagens adotadas pela geografia urbana em diferentes momentos. Além disso, procuramos compreender as conexões com as atividades profissionais dos geógrafos ligadas ao urbano e as cidades dentro do campo do planejamento. Por fim, entendemos que o envolvimento da AGB na luta pela reforma urbana apresentou limitações, pois a participação foi de alguns geógrafos que estavam dentro da AGB e não da Associação de forma coesa.

Palavras-chave: Reforma urbana; Associação dos Geógrafos Brasileiros; Planejamento; Geografia Urbana; Geografia Crítica

ABSTRACT

This article presents the trajectory of transformations of the Association of Brazilian Geographers (AGB) and the thought of urban geography that led to the insertion and participation of the association in the struggle for urban reform, in the context of the Constituent Assembly, the formation of the National Movement for urban reform and the subsequent National Forum for Urban Reform. We understand that the path that led AGB to act in this movement of society — which began in the late 1980s — has theoretical and practical aspects, understood in a dialectical relationship. In this sense, many geographers saw the need to develop a science aligned with social praxis, which did not occur without internal struggles, also facing the repression of a military dictatorial context. To reconstruct this theoretical and practical path, we sought to analyze the relationships between AGB's performance and the approaches adopted by urban geography at different times. In addition, we seek to understand the connections with geographers' professional activities related to the urban and cities within the planning field. Finally, we understand that the involvement of the AGB in the struggle for urban reform presented limitations, since the participation was of some geographers who were within the AGB and not the Association in a cohesive way.

Keywords: Urban Reform; Association of Brazilian Geographers; Planning; Urban Geography; Critical Geography.

Introdução

A luta pela *reforma urbana* tem um longo percurso no Brasil e na América Latina. Como apontou Ana Fernandes (2019), o surgimento da expressão se deu em Cuba, quando foi aprovada em 1960 a Ley de Reforma Urbana, cujo objetivo era combater o uso especulativo do solo urbano naquele país em transição de programas.

¹ Mestra em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. E-mail: lari.araujo2012@gmail.com

Cuba destaca-se não apenas pelo pioneirismo no uso do termo, mas também por constituir, junto com a Bolívia², exemplo de aprovação de uma reforma urbana do tipo estrutural na América Latina. Assim, estes países não apenas previram a alteração do sistema de administração da terra urbana, como também a adequação das cidades mediante uma redistribuição do poder político e dos recursos. Já nos demais países latinos, ocorreram reformas urbanas do tipo normativa ou aparente (HARDOY, MORENO, 1972).

No Brasil, a origem está associada ao Seminário de Habitação e Reforma Urbana, organizado pelo Instituto de Arquitetos do Brasil - IAB e o Instituto de Previdência e Aposentadoria dos Servidores do Estado - IPASE em 1963, momento marcado pelas reformas de base de João Goulart.

Nas vésperas da Constituição de 1988, quando movimentos sociais e diversos segmentos da sociedade se unem em torno da elaboração de emendas para enviar ao Congresso Constituinte, a expressão “reforma urbana” é recuperada, adquirindo um novo sentido. Na década de 1980, o nível de urbanização era muito mais avançado e as grandes cidades e suas periferias haviam se expandido de forma expressiva, onde as condições de vida dos trabalhadores estavam cada vez mais precárias e as lutas por melhorias cresciam a cada dia desde as últimas décadas.

Ao lado dos movimentos sociais estavam, entre outros sujeitos, entidades profissionais e pessoas ligadas às universidades. Nessa pesquisa, buscou-se analisar de que maneira houve a inserção de geógrafos nessa luta, sobretudo por meio da Associação dos Geógrafos Brasileiros - AGB. Em outros termos, queremos jogar luz no processo que levou essa entidade, criada em 1934 juntamente com a Universidade de São Paulo, cujo objetivo principal era a produção de uma geografia moderna, a integrar uma luta que era tão defendida pelos moradores das periferias e movimentos sociais no final de 1980.

A análise do percurso até a inserção da AGB e dos geógrafos na luta pela reforma urbana levou em consideração aspectos teóricos e práticos, entendidos em uma relação dialética.

Os aspectos teóricos estão relacionados às transformações da geografia urbana ao longo do período estudado, que se inserem no contexto das mudanças da própria ciência geográfica. As abordagens da geografia estiveram em constante disputa e, percebemos ao longo da pesquisa, que tanto a geografia produzida, como os sinais de disputa entre as geografias que estiveram em tensão, revelavam aspectos fundamentais para a compreensão da atuação dos geógrafos, seja ela no urbano, no espaço agrário, na educação etc.

² A reforma urbana do tipo estrutural na Bolívia foi considerada por Hardoy e Moreno (1972) um ensaio incompleto, já que o plano elaborado não foi implementado de forma concisa.

Buscamos analisar também a prática dos geógrafos dando enfoque à área do urbano desde a criação da AGB até o final da década de 1980, quando é elaborada a emenda popular pela reforma urbana e há os primeiros desdobramentos após a consolidação da Constituição. Também consideramos a atuação dos geógrafos em outras instituições, o que foi importante para entender a aplicação da geografia urbana de forma mais ampla e mostrar a existência de um trânsito de geógrafos entre esses diferentes espaços. Assim, as universidades, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e os políticos do governo também são citados nesse trabalho.

Para a organização dos resultados, dividimos o período do recorte da pesquisa (1934-1989) em três fases. A primeira fase vai da criação da AGB até o final da década 1960, período em que a geografia predominante era chamada “geografia tradicional” e a atuação dos geógrafos na AGB era marcada pelas Assembleias Anuais, onde os debates se davam em torno dos trabalhos de campo que eram realizados e que contribuíam para a produção das “monografias urbanas”.

O segundo período destacado é a década de 1970, quando começa um embate da geografia quantitativa e da geografia crítica dentro dos Encontros Nacionais de Geografia da AGB, bem como uma grande movimentação dentro da entidade para a sua transformação em um espaço mais democrático a para a produção de uma geografia mais alinhada com a práxis social.

Por fim, a terceira fase acontece na década de 1980, período em que a geografia urbana crítica ganha maior espaço entre as pesquisas e publicações científicas e os geógrafos, por meio da AGB, passam a atuar junto aos movimentos sociais urbanos na luta pela reforma urbana.

Metodologia

Ao longo da pesquisa foram realizadas entrevistas com geógrafos que tiveram atuações em diferentes períodos. É o caso do professor Eliseu Sposito, que presenciou embates entre diferentes abordagens da geografia nos encontros da AGB da década de 1970; do professor Douglas Santos, que atuou como estudante nas mudanças ocorridas na entidade no final da década de 1970; e da professora Arlete Moyses, que tem longa trajetória na AGB atuando na luta pela reforma urbana.

Essas entrevistas foram fundamentais para compreender a prática dos geógrafos no campo do urbano. Essa atuação foi adquirindo contornos diferentes desde a década de 1930, período da institucionalização da geografia moderna com criação da USP, da AGB e também do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Além das entrevistas, foram também importantes as bibliografias sobre a trajetória dessas entidades no escopo da cidade e do urbano.

Para a compreensão teórica da geografia urbana, foram analisadas sobretudo as publicações de geografia urbana no Boletim Paulista de Geografia, da Seção São Paulo, e no Boletim

Carioca de Geografia, da Seção do Rio de Janeiro da AGB. Procuramos mapear a abordagem de cada publicação dentro do recorte temporal da pesquisa.

Por fim, foram fundamentais os documentos pesquisados na sede da AGB Nacional em São Paulo, que revelaram a atuação dos geógrafos da AGB na luta urbana a partir da elaboração da emenda popular pela reforma urbana que seria entregue ao Congresso Constituinte em 1987.

Resultados

A institucionalização da geografia moderna no Brasil teve entre os marcos centrais a criação da Universidade de São Paulo - USP em 1934, e em 1935, da Universidade do Distrito Federal - UDF no Rio de Janeiro. A oficialização dessas universidades ocorreu sob a influência das missões francesas que vieram ao Brasil e, entre os geógrafos europeus que chegaram no Brasil para lecionar nos recém criados cursos de História e Geografia, estava Pierre Deffontaines. Este geógrafo, juntamente com Caio Prado Junior, Rubens Borba de Moraes e Luis Flores de Moraes Rego seria responsável também pela criação da Associação dos Geógrafos Brasileiros já em 1934 (SEABRA, 2008).

Na década de 1930, o país passava por profundas transformações sociais em um contexto de transição de uma realidade majoritariamente rural para urbana. Dessa forma, configuraram-se como objetivos centrais do governo amarrar os diferentes interesses da sociedade que estavam se afirmando e integrar o território brasileiro. A geografia, que até então estava presente no ensino básico, mas não era lecionada por profissionais da área, teria também o seu papel nesse processo. Além dos marcos da geografia moderna citados anteriormente, foi também fundamental para a institucionalização da geografia dentro do contexto político e econômico vigente, a criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Nesse sentido, a ampliação da Geografia acadêmica que ocorria naquele momento dava as condições para que se reforçasse o ensino como um instrumento ideológico de aprofundamento de uma consciência nacional, como também serviria de base para importantes pesquisas visando a administração e o controle do território em urbanização (GEIGER, 1988).

A Associação dos Geógrafos Brasileiros, criada nesse contexto, passaria ao longo de sua história por inúmeras transformações, que resultaram tanto em mudanças regimentais, como em novas perspectivas teórico-metodológicas e de atuação.

Fase inicial da AGB e o pensamento em geografia urbana (1934-1970)

Os documentos de fundação da AGB mostram que o papel da AGB no seu início estava relacionado à produção e valorização dos conhecimentos científicos (SEABRA, 2008), processo que realmente aconteceu e teve grande importância para a institucionalização da Geografia no Brasil. Nas palavras de Nice Lecoq Muller (1961, p.48), a AGB era a “Peregrina da Boa Nova: a Geografia Moderna”.

Zuzman (2001) põe em evidência também o caráter elitista da criação da USP e da AGB, já que a elite paulistana via na educação um passo importante para se colocar em evidência no país no contexto vivido na década de 1930. A autora coloca que a elite de São Paulo integrava as reuniões da AGB, como Júlio de Mesquita Filho, diretor do “O Estado de São Paulo”; o diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Alfredo Ellis Júnior; e o industrial ligado à Escola Superior de Sociologia, Roberto Cochrane Simonsen.

Em 1945, a entidade passa por uma mudança de estatuto e além da criação das seções regionais que vai expandir a AGB para além do eixo São Paulo-Rio, passam a acontecer as Assembleias Anuais. As Assembleias da AGB eram momentos onde os geógrafos que atuavam em diferentes estados e instituições podiam se encontrar e discutir as produções científicas mais recentes e debater a partir dos trabalhos de campo que tinham enorme centralidade nesses eventos (ANTUNES, 2008).

De acordo com Abreu (1994), o formato das Assembleias Anuais era coerente com a proposta empirista que norteava a geografia na época. A geografia urbana, especificamente falando, possuiu nesse período duas frentes que ficaram sob o guarda-chuva da geografia conhecida como tradicional. A primeira era a geografia das monografias urbanas, estudos detalhados e bastante descritivos de alguma área, e que teve como grande influência os trabalhos do francês Pierre Monbeig. A segunda foi a geografia das redes urbanas, também conhecida como urbano-regional, tendo como grande propagador o francês Michel Rochefort, geógrafo que também influenciou bastante nas atividades de planejamento que eram realizadas no IBGE.

Os estudos de Rochefort foram muito importantes para a nova proposta de regionalização adotada pelo IBGE no final da década de 1960. Essa nova regionalização substituiu as “regiões naturais” adotadas na divisão territorial de 1942, e passava a considerar a urbanização e aspectos econômicos, dando muito mais elementos para a produção de estatísticas e a elaboração de planos de governo (CONTEL, 2014).

A nova divisão regional subsidiou também a elaboração do Plano Decenal, publicado pelo governo em 1970. De acordo com LUCHESE e ROSSETTO (2018), a metodologia de Rochefort foi aplicada pela geógrafa Lysia Bernardes no IBGE e, juntamente com o Escritório de Pesquisa

Econômica Aplicada - EPEA³, foram responsáveis por desenvolver diretrizes para o planejamento regional no Brasil divulgadas no Plano Decenal através de um capítulo dedicado integralmente à política urbana.

Essas duas frentes da geografia tradicional aparecem nas publicações de geografia urbana dos Boletins Paulista - BPG e Carioca de Geografia - BCG dentro do período analisado, como podemos verificar a seguir.

Quadro 1: Publicações sobre cidade e urbano no Boletim Paulista de Geografia (1934-1970⁴)

Monografias Urbanas			Geografia Urbano-Regional		
Título do artigo	Autor (a)	Nº	Título do artigo	Autor	Nº
		Ano			Ano
Uma vila do litoral paulista – Icapara	Nice Lecoq Muller	1 1949	Paraná: o quadro geográfico, histórico e econômico do processo de urbanização	Maria Adélia A. de Souza	46 1971
Oxford, cidade de ontem e de hoje	Nice Lecoq Muller	1 1949			
A “vila” de Itanhaém	José R. de Araujo Filho	6 1950			
A cidade de Olímpia	E. Goulart Pereira de Araujo	9 1950			
As paisagens humanizadas da ilha de São Sebastião	Ary França	10 1951			
Aspectos geográficos e problemas da região de Corumbataí	Pasquale Petrone	11 1952			
As indústrias paulistanas e os fatores da expansão	Pasquale Petrone	14 1953			
Aspectos geográficos do crescimento da cidade de São Paulo	Pierre Monbeig	16 1954			
Ensaio de geografia urbana de New York	Pierre Deffontaines	17 1954			
Contribuição à geografia urbana de Nagoia	Kanji Kagami	18 1954			
Porto Alegre, metrópole do Brasil meridional	Jean Roche	19 1955			
Crato, “capital” da região do Cariri	Pasquale Petrone	20 1955			
Contribuição ao estudo do norte do Paraná	Nice Lecoq Muller	22 1956			
O homem paulista	Pasquale Petrone	23 1956			
Ponta Grossa, capital regional do oeste do Paraná	Elina O. Santos	24 1956			
Embriões de Cidades Brasileiras	Aroldo de Azevedo	25 1957			

³ O órgão foi criado por Roberto Campos enquanto Ministro do Planejamento no governo de Castello Branco (1964-1967). Campos foi o responsável pela introdução do ideário da política urbana no governo militar (LUCCHESI, ROSSETTO, 2018).

⁴ Algumas publicações incluídas na tabela extrapolaram o período.

Rua da Consolação, uma das artérias da capital paulista	José Domingos Tirico	29 1958			
Aix-Em-Provence, uma cidade do mediterrâneo francês	Antônio Rocha Penteado	30 1958			
A circulação urbana	Michel Tabuteau	31 1959			
Contribuição ao estudo dos centros de cidades: o exemplo da cidade de Salvador	Milton Santos	32 1959			
Características e tendências principais das migrações internas no Brasil, nas suas relações com a urbanização e a industrialização	José Francisco de Camargo	33 1959			
Brazzaville: alguns aspectos de uma cidade da África francesa	Pierre Venetier	34 1960			
Sousas, subúrbios de Campinas	José Domingos Tirico	35 1960			
Aspectos dos quadros urbanos da Baixada Do Ribeira, SP	Pasquale Petrone	38 1961			
O sítio urbano de Porto Alegre: estudo geográfico	Aziz Nacib Ab'Saber	42 1965			
Experiências de colonização em uma área tropical: A Baixada da Ribeira	Pasquale Petrone	42 1965			
Contribuição ao estudo da indústria têxtil de Americana (Estado De São Paulo)	Helmut Troppmair	43 1966			
Os núcleos de colonização oficial implantados no planalto paulistano em fins do século XIX	Juerge Richard Langenbuch	46 1971			
O bairro industrial do Jaguaré, SP	Léa Goldenstein, Rosa Ester Rossini	47 1972			

Organizado pela autora. Fonte: AGB – São Paulo.

Quadro 2: Publicações sobre cidade e o urbano no Boletim Carioca de Geografia (1934-1970)

Monografias Urbanas			Geografia Urbano-Regional		
Título do artigo	Autor	Nº	Título do artigo	Autor	Nº
		Vol.			Vol.
		Ano			Ano
Função Regional de Formosa	Lucio de Castro Soares	2 I	Exemplos de hierarquia de cidades no Brasil	Pedro Pinchas Geiger	3 e 4 X

		1948			1957
Região Centro-Occidental da Bahia	Alfredo J. P. Domingues	3 I 1948	A respeito de "Mapas econômicos das cidades e regiões do Rio de Janeiro e São Paulo	Michel Blochu e Pedro Pinchas Geiger	3 e 4 X 1957
Uma Viagem ao Planalto Central	Speridião Faissol	5 e 6 I 1948	Evolução da paisagem urbana do Rio de Janeiro até o início do século XX	Lysia Maria Cavalcante Bernardes	1 e 2 XII 1959
Duas Vilas no Estado de Santa Catarina	Victor Peluso Jr	5 e 6 I 1948	A organização urbana da Amazônia Brasileira	Michel Rochefort	3 e 4 XII 1959
Aspectos Geográficos do Bas Languedoc: Região de Montpellier	Elza Coelho de Sousa	5 e 6 I 1948	O problema da classificação do habitat	Michel Rochefort	1 e 2 XIV 1961
Contribuição ao Estudo da Ocupação Humana do Território do Amapá	Lúcio de Castro Soares	2 e 3 I 1948	Madureira – Tentativa de determinação da área de influência de um sub-centro da metrópole carioca	Maria Francisca Tereza Cavalcanti Cardoso e Maria Emilia Teixeira de Castro Botelho	1 XVII 1965/ 1966
As Veredas e os Gerais na região do Rio Preto na Bahia (estudo de geografia humana)	Pedro Geiger	1 III 1950			
Notas Sobre a Cidade de Diamantina e seus Habitantes	Lysia Maria Cavalcante Bernardes	2 e 3 III 1950			
A Colonização no Estado de Goiás	Speridião Faissol	2 e 3 III 1950			
A Cidade de Cruzeiro - Notas de Geografia Urbana	Nilo Bernardes	1 e 2 V 1952			
Notas para o Estudo do Núcleo Colonial de Santa Cruz (Secção de Piranema)	Delnida Martinez Alonso	1 e 2 VIII 1955			
Reconhecimento Geográfico no Município de Pompéu, M.G.	Orlando Valverde	1 e 2 VIII 1955			
Análise preliminar dos tipos de povoamento no Brasil, principalmente sob o ponto de vista de sua morfologia	José Veríssimo da Costa Pereira	3 e 4 VIII 1955			
Contrastes Regionais da terra norte – americana	José Veríssimo da Costa Pereira	3 e 4 VIII 1955			
Vargem Grande (alguns aspectos geográficos)	Amélia Alba Nogueira	1 e 2 IX 1956			
Origem e evolução urbana de Garanhuns	Hilton Sette	1 e 2 IX 1956			
Santa Teresa, um bairro residencial no centro do Rio de Janeiro	Aluizio Peixoto Boynarde e Maria Thereza Soares	1 e 2 XI 1958			

Alguns problemas sugeridos pelo estudo da colonização alemã no Rio Grande do Sul	Jean Roche	1 e 2 XI 1958			
A primeira vila portuguesa no Brasil	M. T. de Segadas Soares	1 e 2 XI 1958			
O conceito geográfico de bairro e sua exemplificação na cidade do Rio de Janeiro	M. T. de Segadas Soares	3 e 4 XI 1958			
Tipos de Localização de Cidades em Pernambuco	Mário Lacerda de Melo	3 e 4 XI 1958			
Notas de viagem à Costa do Marfim: economia comercial e transformações da paisagem geográfica na A. O. F.	Milton Santos	1 e 2 XII 1959			
Meditação geográfica sobre o Rio de Janeiro	Pierre Deffontaines	3 e 4 XII 1959			
Função defensiva do Rio de Janeiro e seu sítio original	Lysia Maria Cavalcante Bernardes	1 e 2 XIII 1960			
Notas sobre a região de Ponte Nova e Viçosa	Michel Tabutlau	1 e 2 XIII 1960			
A Indústria em Brusque (Santa Catarina) e suas consequências sobre a vida urbana	Armen Mamigonian	3 e 4 XIII 1960			
Uma experiência de colonização na Baixada Fluminense	Roberto Lobato Corrêa	1 XV 1962			
Aracajú, síntese de Geografia Humana	José Alexandre Felizola Diniz	1 XV 1962			
Alguns problemas das grandes cidades nos países subdesenvolvidos	Milton Santos	1 XV 1962			
As causas do crescimento recente de Itaboraí - Vendas das Pedras	Maurício de Almeida Abreu e Maria do Socorro Diniz	1 XXI 1970			

Organizado pela autora. Fonte: AGB – Rio de Janeiro.

É notório que o método das monografias urbanas esteve muito presente nas publicações de geografia urbana da época, repercutindo a influência dos estudos de Pierre Monbeig. Esses trabalhos possuem importância para as pesquisas em geografia urbana até os dias de hoje e são constantemente consultados por sua riqueza de informações e seriedade em que eram realizados. Além disso, Abreu (1998), destaca que alguns trabalhos que estavam sob a égide da geografia tradicional já traziam importantes reflexões, como é o caso do trabalho do professor Milton Santos

publicado em 1962, que já inovava metodologicamente ao buscar entender os problemas urbanos nos países subdesenvolvidos.

Porém, o caráter descritivo das monografias não possibilitava uma análise dos conflitos e contradições da realidade urbana que se davam na época. Nesse sentido, com a urbanização do país e o crescimento das cidades em direção às periferias, surgiam inúmeros conflitos e lutas, travadas tanto pela permanência dos mais pobres no centro como pela reivindicação de novas moradias e melhorias nos espaços periféricos, e as monografias urbanas não acompanhavam esses processos.

As publicações na área “urbano-regional” aparecem mais bem representadas no BCG do que no BPG, o que não é surpresa, levando em consideração que o IBGE e a Universidade do Distrito Federal foram espaços de muita reflexão e ação política a partir dessa abordagem.

Durante esse período, não houve aproximação dos geógrafos com as discussões realizadas sobre reforma urbana e não há relatos da participação de geógrafos no Seminário de Habitação de Reforma Urbana organizado em 1963 nas cidades do Rio de Janeiro e Petrópolis. Foi somente após o desenvolvimento de uma geografia crítica que essa aproximação ocorreu, já na década de 1980, em outro contexto social e urbano.

A década de 1970 foi marcada por um período de embates entre as abordagens da geografia, sobretudo das duas frentes que apareciam como uma renovação da geografia tradicional. Uma dessas frentes de renovação era a geografia pragmática, que tinha sua origem nos EUA e no Reino Unido, e que passou a ser chamada de geografia quantitativa. A outra frente agrupava o conjunto de propostas que se pode denominar geografia crítica (MORAES, 2007). De acordo com Abreu (1994, p. 53), esta foi uma forma de “ver o que se escondia atrás da paisagem visível da Geografia Tradicional, sem entretanto fazê-lo com o auxílio dos óculos da Geografia Neopositivista”.

A transformação da AGB e os embates da geografia na década de 1970

Em 1970, a AGB passa por uma nova mudança de estatuto, que substitui as Assembleias Anuais pelos Encontros Nacionais de Geografia – ENG. Ao longo desse período, o Brasil vivia em meio à ditadura militar, sofrendo repreensão e censura em todos os espaços onde as pessoas pudessem se aglutinar. As universidades eram alvos constantes de vigilância e os encontros dos geógrafos não escaparam dessa censura.

Mesmo com essas espionagens, os ENGs ocorridos na década de 1970 foram refletindo gradativamente uma oposição entre as duas frentes de renovação da geografia tradicional que surgiam na década de 1970: a geografia quantitativa e geografia qualitativa, esta última mais tarde

denominada de geografia crítica. Os relatos do professor Eliseu Sposito nos remetem ao encontro de 1972 realizado em Presidente Prudente:

Era um momento em que tinha poucas pessoas participando. Mesmo assim, lá foram mais ou menos 700 pessoas. E o diretor da AGB local avisava: olha, cuidado que aquela pessoa estranha deve ser olheiro. E era mesmo. Cada mesa tinha um ou outro (...) Nunca aconteceu nada muito sério, porque todo mundo também tinha medo. Mas a grande questão daquele momento, foram os grandes projetos, como a Transamazônica, as grandes barragens que estavam em São Paulo e no Brasil inteiro... Já havia uma divisão entre a Geografia marxista e a Quantitativa, mas a Geografia Quantitativa estava muito forte, e não se podia falar de Marx, não se podia falar de Karl Polanyi, era tudo escondido. (...) Então só não houve realmente uma grande oposição entre a Geografia marxista e a Quantitativa por causa desse medo (Entrevista a Larissa Araujo, outubro de 2019).

Mesmo que o foco do encontro realizado no interior do estado de São Paulo tenha sido as obras do governo militar, Sposito aponta que já havia uma oposição entre as novas abordagens. Já o Encontro de 1976, em Belo Horizonte, teve um debate muito mais aberto entre as frentes de pensamento, como VERDI (2016) recupera muito bem em sua dissertação de mestrado.

O Encontro de 1978 em Fortaleza, como sabemos, foi um marco na história da AGB, porque foi quando os estudantes dos cursos de Geografia questionaram a estrutura da própria entidade, reivindicando um espaço menos hierárquico, onde professores do ensino básico e estudantes pudessem ter direito à voz e voto. Além do “movimento de 78”, como ficou conhecido, resultar em uma mudança de estatuto ocorrida em 1979, marcou um momento em que se reivindicava uma geografia mais alinhada com a práxis social, uma ciência que refletisse todos os conflitos e contradições existentes no país ao longo da década de 1970.

De acordo com Douglas Santos, geógrafo que participou desse processo como estudante:

A militância estudantil deveria ter um papel não só na organização do movimento de rua, das passeatas ou na contraposição do discurso da ditadura militar. Havia uma necessidade de confrontar a partir do próprio conhecimento que nos era próprio, que era a Geografia. Nesse momento, então, a participação dentro da AGB, fez parte para o Movimento Estudantil, da nossa intenção de trabalharmos a ideia de que existiria uma ciência, um conhecimento e que esse conhecimento estava a serviço das classes trabalhadoras (Douglas Santos, entrevista a Larissa Araujo, junho de 2018).

As publicações nos boletins da AGB refletiam essa busca pela renovação da ciência, como é o caso do artigo “A geografia está em crise. Viva a geografia!”, escrito por Carlos Walter Porto Gonçalves em 1978 ou então do artigo de autoria de Milton Santos publicado já em 1982: “Para que a geografia mude sem ficar a mesma coisa”.

A geografia urbana produzida na época, por sua vez, refletia esses sinais de mudança, e também se inseria no contexto de embates entre a geografia quantitativa e a geografia qualitativa, como podemos ver nos quadros abaixo com as publicações do BPG e do BCG:

Quadro 3: Publicações sobre a cidade e o urbano no Boletim Paulista de Geografia (Década de 1970)

Geografia Qualitativa			Geografia Quantitativa		
Título do artigo	Autor (a)	Nº	Título do artigo	Autor	Nº
		Ano			Ano
Características do espaço econômico industrial	Armando Corrêa da Silva	48 1973			
Os centros industriais do Estado São Paulo	Beatriz Maria Soares Pontes	49 1974			
O processo de industrialização em São Paulo	Armen Mamigonian	50 1976			
Desenvolvimento econômico e urbanização em países subdesenvolvidos: os dois sistemas de fluxo da economia urbana e suas implicações espaciais	Milton Santos	53 1977			

Organizado pela autora. Fonte: AGB – São Paulo.

Quadro 4: Publicações sobre a cidade e o urbano no Boletim Carioca de Geografia (Década de 1970)

Geografia Qualitativa			Geografia Quantitativa		
Título do artigo	Autor	Nº Vol. Ano	Título do artigo	Autor	Nº Vol. Ano
O processo de urbanização no continente africano	Iná Elias de Castro, Naria Helena Lacorte e Nelza Araújo	1 XXV 1976	Relações entre o Desenvolvimento Econômico Regional e o Sistema Urbano - O caso do Chile	Brian J. L. Berry	1 XXI 1970
			Regionalização - análise Quantitativa	Speridião Faissol	1 XXI 1970
			Uma Medida da Função de Direção das Cidades Brasileiras	Ruth Lopes da Cruz Magnanini e Olga Maria Buarque de Lima	1 XXII 1971
			Análise Fatorial de 3 áreas Metropolitanas - Belo Horizonte, Curitiba e Porto Alegre	Elisa Mendes de Almeida e Olga Maria Buarque de Lima	1 XXII 1971
			A Política de Desenvolvimento Urbano no Processo de Desenvolvimento Nacional	Zila Mesquita Melo	1 XXII 1971

			Contribuição ao Estudo da Estrutura Interna da Área Metropolitana do Rio de Janeiro. O caso de Xerém (Duque de Caxias)	Gilda Campos Impellizieri de S. Martins	1 XXII 1971
			A Rede de Localidades Centrais do Rio Grande do Sul, determinada através da Teoria dos Grafos	Maria do Socorro Diniz	1 XXII 1971
			Um Aspecto da Urbanização no Estado do Espírito Santo	Maria do Socorro Diniz	1 XXII 1971
			Notas sobre aplicações de Modelo Probabilístico de Distribuição Poisson ao Sistema Urbano	Pedro Pinchas Geiger, Joao Rua e Luiz Antonio Ribeiro	1 XXII 1971
			Integração de Maricá à área metropolitana do Rio de Janeiro	Marlene Teixeira e William G. Soares	1 XXIV 1973/1974/1975
			O Povoamento do Nordeste	Hilda da Silva	2 XXVI 1976
			O Sistema Urbano do Nordeste	Hilda da Silva	2 XXVI 1976
			A natureza da política habitacional para grupos de baixa e média renda no Rio de Janeiro e seus efeitos no modelo residencial da referida cidade	Hilda da Silva	2 XXVI 1976
			Desequilíbrios regionais-formulações teóricas	Maria Francisca Thereza C. Cardoso	1 XXVII 1977/1978
			Análise de critérios de população na identificação de zonas internas na região metropolitana do Rio de Janeiro	Haidina da S. B. Duarte e William Gonçalves Soares	1 XXVII 1977/1978

Organizado pela autora. Fonte: AGB – Rio de Janeiro.

No Boletim Paulista de Geografia, não há publicações em geografia urbana dentro da perspectiva da geografia quantitativa, porque, como já dissemos, essa abordagem não era forte na AGB São Paulo. Por outro lado, podemos notar neste boletim algumas importantes publicações que procuravam entender processos, fluxos e relações, articulando os estudos do urbano à totalidade (ABREU, 1994). Nesse sentido, surgiam pesquisas de geografia urbana que caminhavam em direção a uma geografia crítica, que adquire um estágio de maior amadurecimento na década de 1980.

No Boletim Carioca de Geografia, podemos notar que as produções de geografia urbana quantitativa estavam a pleno vapor, o que pode ser explicado mais uma vez pela influência do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística na Seção da AGB do Rio de Janeiro. Ao longo desta década, essa abordagem esteve muito presente nas ações de planejamento do IBGE, norteando, por exemplo, os estudos que levaram à criação das regiões metropolitanas no Brasil. Nesse processo se destacou o geógrafo Speridão Faissol, grande adepto da geografia quantitativa, que esteve à frente coordenando dentro do IBGE o Grupo de Áreas Metropolitanas – GAM.

Nesses termos, destacam-se no BCG muitos artigos publicados ao longo da década de 1970 que se dedicavam a estudar as regiões metropolitanas a partir da análise quantitativa. É o caso, por exemplo, do texto “Análise Fatorial de 3 áreas Metropolitanas – Belo Horizonte, Curitiba e Porto Alegre”, escrito por Elisa Mendes de Almeida e Olga Maria Buarque de Lima em 1971.

Na década seguinte, a geografia quantitativa vai perdendo espaço ao mesmo tempo em que se nota uma perda no papel que os geógrafos tinham no planejamento. Essa importância foi elucidada por Milton Santos (1959, p. 102), que já no final da década de 1950 avaliava que “em vários países a geografia vinha “tomando essa direção e os geógrafos são cada vez mais chamados a ajudar nos programas de planejamento”.

A professora Nice Lecoq Muller (1961, p. 55) colocou também a importância das Assembleias Anuais da AGB, que aconteceram de 1945 até 1970, para que a Geografia tenha sido considerada uma “ciência aplicada, que tem sua palavra a dar nos planejamentos regionais e numa série de trabalhos de ordem administrativa”. Da mesma forma, Bonfim (2007) lembra que os Encontros Nacionais de Geografia, como o de Prudente em 1972, contando com a presença de diversos órgãos oficiais, abriam espaço para as discussões em planejamento.

Na década de 1980, por outro lado, aumenta-se o engajamento dos geógrafos, sobretudo por meio da AGB, nas lutas sociais.

A AGB e a luta pela reforma urbana no período do Congresso Constituinte

Na década de 1980 o Brasil vivia um período de luta pela democratização do país. Tínhamos também um acúmulo de lutas urbanas nas periferias das grandes cidades, junto com as Comunidades Eclesiais de Base em um primeiro momento e depois com movimentos sociais. No contexto de construção de uma nova Constituição, movimentos sociais e entidades acadêmicas decidiram elaborar uma emenda popular pela reforma urbana para que fosse enviada ao Congresso Constituinte em 1987.

Nesse momento, o termo *reforma urbana* assumia um sentido muito diferente da década de 1960, quando aconteceu o Seminário de Habitação e Reforma Urbana, devido a uma mudança profunda no contexto social e político do país, afinal, a urbanização havia avançado, as periferias das grandes cidades haviam se expandido e os movimentos de luta estavam muito mais organizados naquele momento.

A AGB, como vimos, havia passado por transformações na década de 1970 que foram consolidadas pelo ENG de 78 e pela mudança de estatuto em 1979. Com o amadurecimento de novas bases metodológicas, que ofereciam condições de analisar a práxis social, vários geógrafos se debruçaram em entender as cidades e o urbano a partir de uma geografia urbana crítica, como podemos notar nos quadros abaixo:

Quadro 5: Publicações sobre cidade e o urbano no Boletim Paulista de Geografia (Década de 1980)

Geografia Crítica		
Título do artigo	Autor	Nº
		Ano
Paradigma e movimento social: por onde andam nossas ideias?	L. A. Machado da Silva, Ana Clara T. Ribeiro	62 1985
Estado, Divisão Social do Trabalho e Habitação	José Antônio Ronchezel	64 1986
Habitação e Espaço Social na Cidade de São Paulo	Arlete Moysés Rodrigues, Manoel Seabra	64 1986
As condições de existência de parcelas da população trabalhadora: a questão da habitação	Regina Célia Bega dos Santos	64 1986
Cubatão: na busca das favelas e o encontro do “peão” que permanece	Amélia Luisa Damiani	64 1986
Situação habitacional no Brasil e a utilização de processos de autoajuda e ajuda-mútua na produção de moradias	Ros Mari Zenha Kaupatez	64 1986
Indústria da construção – reflexão sobre o “atraso tecnológico”	Ermínia Maricato	64 1986
Passado e presente das relações entre sociedade e espaço e localização pontual da indústria moderna no Estado da Bahia	Milton Santos	65 1987

Organizado pela autora. Fonte: AGB – São Paulo.

Quadro 6: Publicações sobre cidade e o urbano no Boletim Carioca de Geografia (Década de 1980)

Geografia Crítica		
Título do artigo	Autor	Nº
		Vol.
		Ano
Urbanização e migração na Amazônia Legal: sugestão para uma abordagem geopolítica	Lia Osório Machado	1 XXXII 1982
Organização do espaço e organização social: o caso de Rondônia	Milton Santos	1 XXXII 1982

Organizado pela autora. Fonte: AGB – Rio de Janeiro.

No Boletim Paulista de Geografia, a edição de número 64 é muito representativa: todas as publicações são voltadas para o tema das moradias, com a exceção de um artigo escrito pela professora e urbanista Ermínia Maricato. O BCG, por sua vez, teve sua última edição em 1982 (ANTUNES, 2008), o que explica porque não temos muitas publicações a partir de uma geografia urbana crítica nesse boletim.

Acompanhando essa ampliação das abordagens teóricas sobre o urbano, a AGB passa a ter uma ação mais combativa nos assuntos da sociedade civil e da classe trabalhadora nas cidades. A entidade passa a integrar o Movimento Nacional pela Reforma Urbana –MNRU, responsável pela elaboração da emenda popular pela reforma urbana. Como afirma a professora Arlete Moyses, que participou desse processo:

[...] em 1988, durante o Congresso Constituinte, a AGB foi uma das entidades que participou ativamente das emendas Populares à Constituição, entre elas a da Educação, a da Reforma Agrária e a da Reforma Urbana, áreas e temas que são objetos de estudos de muitos associados. A Associação contribui, assim, não apenas com a geografia brasileira, mas com a nossa representação na sociedade, com extrema relevância sócio-política. (...). Estes poucos exemplos da ação política empreendida pelos associados da AGB demonstram que algumas críticas que afirmam que os geógrafos não têm participação ativa na dimensão política são improcedentes (2004, p. 207).

As mobilizações que já aconteciam nas periferias das grandes cidades e que depois se aglutinaram em torno da Constituição para que alguns direitos pudessem ser permanentes trouxeram muitos aprendizados para a população mais pobre. A AGB também saiu mais fortalecida, pois dessa atuação no período da elaboração da Constituição e das mobilizações que são realizadas, é criada a Comissão de Assuntos Urbanos da AGB. Assim, as articulações que se deram na época não foram apenas entre as diferentes entidades, mas dentro da própria AGB, que viu a necessidade de discutir as questões urbanas com mais profundidade.

A Comissão de Assuntos Urbanos teve origem no I Simpósio Nacional de Geografia Urbana - SIMPURB, realizado em São Paulo. Assim, muitas correspondências encontradas no arquivo da AGB foram endereçadas a essa Comissão. Arlete Moyses relata sobre essa Comissão:

[...] a gente montou em 1988 um Grupo de Trabalho de Urbana. Então tinha a Comissão de Urbana da AGB. É um momento histórico da sociedade. Tinha muita gente envolvida na coleta de assinaturas, em debater as questões, e em 1988 se formou pela primeira vez que eu saiba na história da AGB a Comissão de Urbana da AGB, que aí faziam parte – eu era presidente da AGB de 1988 a 1990 – o Roberto Lobato, Jan Bitoun, Ana Fani, Odete Seabra, nomes que você conhece. Então a gente formou uma Comissão de Urbana. Então veja, tinha uma dinâmica de importância, o mundo mudou, a população urbana também aumentou, e aí também os problemas aumentaram. Não é que não tivesse antes, mas é que a dimensão e a escala mudaram. Então tem essa dinâmica de formar ao mesmo tempo a Comissão de Urbana. De onde saiu? Do Simpósio de Geografia Urbana. Não tem nada desarticulado (Arlete Moyses, entrevista a Larissa Araujo, fevereiro de 2017).

Nas palavras da professora, nada estava desarticulado e todas as construções eram resultado de um esforço de luta e de mobilizações. A vida nas cidades e sobretudo nas periferias exigia que os movimentos continuassem se articulando a partir daquilo que já havia sido feito e buscando novas saídas. A AGB acompanhava esse processo e a formação da Comissão de Assuntos Urbanos era fundamental.

Apesar das limitações do capítulo da Política Urbana aprovado na Constituição⁵, que demonstram o caráter normativo das leis aprovadas (HARDOY; MORENO, 1972; RODRIGUES, 2013) e que seriam apenas em parte resolvidas com o Estatuto da Cidade em 2001, a mobilização dos movimentos e técnicos foi importante também pelo surgimento do Fórum Nacional de Reforma Urbana. Àqueles que compunham o Movimento Nacional pela Reforma Urbana no período da Constituinte, foram se somando outras entidades. Atualmente, o Fórum é formado por quatro movimentos por moradia, doze ONGs e setes entidades profissionais, entre estas a AGB, que se organizam periodicamente em encontros nacionais e em grupos de trabalho temáticos (SANTO AMORE, 2013; SAULE JÚNIOR; UZZO, 2010).

Em relação à participação da AGB no Fórum, Arlete Rodrigues relata:

A AGB por meio de várias seções locais e da Nacional participa do Fórum desde os seus primórdios, com o objetivo de integrar e participar da luta pelo Direito à Cidade ou da Cidade como Direito: debates em todas as instâncias nacionais e internacionais, formulações de textos, documentos, conferências municipais, estaduais e nacionais, de eventos organizados por movimentos sociais (2009, p. 1)

Entre os documentos pesquisados na AGB, encontramos registros que reafirmam essa participação relatada por Arlete nas atividades do Fórum por Reforma Urbana, tanto no nível nacional como no do Estado de São Paulo. Esses registros não se restringem ao momento da fundação do Fórum, mas mostram quase uma década de articulações e discussões após 1988.

A AGB, além de ser entidade participante desde a fundação em 1988, esteve na Coordenação do Fórum Nacional da Reforma Urbana a partir de 1991 até os dias de hoje, o que mostra o engajamento da entidade, apesar dessa participação não ser constante e ficar muitas vezes limitada a poucas pessoas.

Assim, percebemos também as limitações da prática da AGB nesse período da década de 1980 e começo da década de 1990 e que podem ser aplicadas também para os dias de hoje, apesar de algumas mudanças de contextos. Notamos que mais adequado do que falar da atuação de uma Seção Local ou da AGB Nacional, é falar sobre a participação de alguns geógrafos que incentivaram,

⁵ De acordo com Rodrigues (2013), a obrigação do Plano Diretor para os municípios com população superior a 20.000 pode ser entendida como uma espécie de “aprisionamento” da função social da propriedade, que deveria valer incondicionalmente no controle da propriedade privada e não ficar dependendo da aplicação de cada município.

fizeram, estudaram, mobilizaram.... Enfim, assumiram uma postura mais forte nessas lutas pela reforma urbana.

Nos documentos da AGB que tivemos acesso e que tratavam de eventos ou de reuniões relacionados ao Fórum Nacional de Reforma Urbana, as pessoas que constavam como presentes estavam ligadas à Comissão de Assuntos Urbanos e, muitas vezes, tratava-se de uma quantidade pequena de geógrafos que realmente comparecia.

Outra questão é que muitos sujeitos da AGB que atuaram na luta pela reforma urbana não tiveram destaque nesse trabalho por causa do recorte temporal da pesquisa. Nossa preocupação foi analisar o (re)início da luta pela reforma urbana que vem com a Constituinte e seus desdobramentos mais imediatos, como a criação do Fórum Nacional de Reforma Urbana. Correndo o risco de cometer injustiças com algumas pessoas, citamos o caso dos geógrafos Yure Silva e Jan Bitoun, que junto com Arlete Moyses Rodrigues, foram os representantes da AGB no Conselho das Cidades a partir de 2003, órgão consultivo do Ministério das Cidades. Ambos os espaços foram conquistados pelas lutas, e após serem extintos, estão em processo de retomada no governo Lula iniciado em 2023.

Considerações finais

Entender a inserção dos geógrafos na luta pela reforma urbana, sobretudo por meio da AGB, é possível através do processo que levou a essa participação. Esse movimento foi resultado de mudanças *teóricas* - frutos de muitos embates, encontros acalorados, resistências em meio à ditadura militar. Foi resultado também de um entendimento de que as *práticas* não podiam acontecer somente dentro dos escritórios e instituições do governo.

Considerar esse processo é importante também para que façamos uma constante reflexão sobre o papel da geografia e dos geógrafos na sociedade. Para a professora Arlete Moyses (1993), o ideário da reforma urbana não nega os mecanismos do planejamento. A autora nos conduz a pensarmos sobre um planejamento alternativo e, como ponto de partida, coloca que esse planejamento precisa ser visto como gestão e articulação política e não apenas como uma solução técnica de urbanismo, ou seja, como um modelo de ordenamento racional do território, onde as contradições e conflitos são vistos como desvios do modelo.

Nesse sentido, cabe a nós, agora, olharmos para o que está posto e pensarmos juntos: como avançar? Como recuperar as práticas, resignificando-as? Como construir um planejamento alternativo, como o nomeou a geógrafa Arlete Moyses? Como está recentemente nossa inserção

como geógrafos e geógrafas nos espaços de luta contribuindo com a sociedade a partir da geografia urbana que desenvolvemos em nossas universidades?

Referências

- ABREU, Maurício. O estudo geográfico da cidade no Brasil: evolução e avaliação – contribuição à história do pensamento geográfico brasileiro. *Revista Brasileira de Geografia*, v.56, 1994.
- ANTUNES, C. F. *A Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) – origens, ideias e transformações: notas de uma história* (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.
- CONTEL, F. B. As divisões regionais do IBGE no século XX (1942, 1970 e 1990). *Revista Terra Brasilis*. Consultado em 13 de janeiro 2020. URL: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/990>; DOI:10.4000/terrabrasilis.990.
- FERNANDES, Ana. Reforma Urbana no Brasil: inquietações e explorações acerca de sua construção enquanto campo e política. In: LEME, Maria Cristina da S. *Urbanismo e política no Brasil dos anos 1960*. São Paulo: Annablume, 2019
- GEIGER, P. Industrialização e urbanização no Brasil, conhecimento e atuação da geografia. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 50, t. 2, 1988.
- GONÇALVES, C. W. P. A geografia está em crise. Viva a geografia! *Boletim Paulista de Geografia*, n. 55, 1978.
- HARDOY, J. E.; Moreno, O. A. Primeros pasos de la reforma urbana en América Latina. *Revista EURE - Revista de Estudios Urbano Regionales*, n. 4, v. 2, 1972.
- LUCCHESI, M. C.; ROSSETO, R. A política urbana no governo militar (1964-1985). In: BONDUKI, Nabil. *A luta pela reforma urbana no Brasil*. Do Seminário de Habitação e Reforma Urbana ao Plano Diretor de São Paulo. São Paulo: Instituto Casa da Cidade, 2018.
- MORAES, A. C. R. *Geografia - Pequena História Crítica*. São Paulo: Annablume, 2007.
- RODRIGUES, Arlete M. *Desenvolvimento ou reforma urbana: concepções e contradições*. In: Simpósio de Geografia Urbana, 3, 1993, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: AGB, 1993.
- _____. Contribuição da AGB na construção da geografia brasileira – Uma outra geografia sempre é possível. *Terra Livre*, São Paulo, v. 1, n. 22, 2004.
- _____. Algumas informações sobre a participação da AGB no Fórum da Reforma Urbana. Documento elaborado em 20 de janeiro de 2009.
- _____. Os geógrafos na luta pela cidade como direito. *Boletim Campineiro de Geografia*, v.3, n.1, 2013.
- SANTO AMORE, Caio. *Entre o nó e o fato consumado, o lugar dos pobres na cidade*. 2013. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- SANTOS, Milton. Para que a geografia mude sem ficar a mesma coisa. *Boletim Paulista de Geografia*, n. 59, 1982.

SAULE JÚNIOR, N.; UZZO, K. A trajetória da reforma urbana no Brasil. In: SUGRANYES, A.; MATHIVET, C. (ed.). *Ciudades para tod@s: por el derecho a la ciudad, propuestas y experiencias*. Santiago de Chile: Habitat International Coalition, 2010. p. 259-270.

SEABRA, Manoel; HEIDEMANN, Heinz Dieter (Orgs). *Caio Prado Júnior e a Associação dos Geógrafos Brasileiros*. São Paulo: EDUSP/ FAPESP, 2008.

VERDI, Elisa F. *Produção Geográfica e Ruptura Crítica: a Produção uspiana entre 1964 e 1985*. 2016. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

ZUSMAN, Perla Brígida. Na procura das origens da AGB. *Boletim Paulista de Geografia*. São Paulo: AGB, n. 78, 2001.